

Deputado promete defesa baseada em documentos

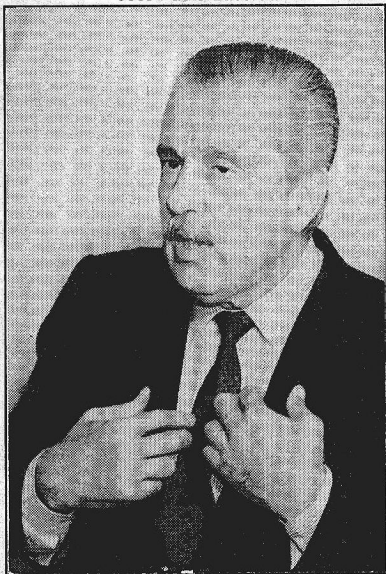
José Paulo Lacerda/AE—14/5/92

Com ajuda dos advogados que defenderam Collor e Magri, ele próprio redigiu a contestação à denúncia

BRASÍLIA — O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) apresenta hoje por escrito à CPI do Orçamento sua defesa contra as acusações de irregularidades na distribuição de recursos das subvenções sociais e de participação no esquema de corrupção com verbas públicas. Fiúza informou ontem que chegará ao plenário do Senado com pilhas de documentos e assegurou que prestará juramento perante a comissão — ao contrário do deputado João Alves (PPR-BA), que se recusou a jurar dizer apenas a verdade alegando prerrogativas de parlamentar.

Fiúza passou os últimos dias trancado em seu apartamento cuidando da defesa. Apesar de ser um dos mais comprometidos pelas denúncias do economista José Carlos Alves dos Santos, o deputado optou por escrever pessoalmente sua defesa, para a qual consultou os advogados José Guilherme Villela, encarregado da defesa do ex-presidente Fernando Collor, e D'Alambert Jaccoud, que trabalhou para o ex-ministro Antônio Rogério Magri.

"Tenho documentos para provar tudo o que direi", garantiu Fiúza, sem no entanto adiantar seu conteúdo. "Vou apresentar os documentos, e a CPI decide o que fa-



O ex-relator: juramento

rá com eles." Bilhetes apreendidos na casa de José Carlos confirmam as ligações entre ele e Fiúza. No começo dos trabalhos da CPI, Fiúza tentou negar qualquer envolvimento nas irregularidades.

Uma das linhas de defesa do deputado é a de que ele contou com o apoio de líderes dos maiores partidos no Congresso Nacional para suceder Alves no cargo de relator da Comissão Mista do Orçamento, em 1991. Seu relatório final teria sido acompanhado de perto por vários deputados do PFL baiano, inclusive o coordenador da subcomissão de assuntos bancários da CPI, Benito Gama.

APOIO DE
LÍDERES A SEU
TRABALHO SERÁ
LEMBRADO